



FANESE – Faculdade de Administrações e Negócios de Sergipe

Núcleo de Pós-Graduação e Extensão – NPGE

Especialização em Sustentabilidade e Meio Ambiente

Luciana Andrade Vieira

**CRIAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL (OCS)
PARA PRODUÇÃO ORGÂNICA EM SANTA LUZIA DO ITANHY –
SERGIPE: ESTUDO DE CASO**

Aracaju/Se
21 de fevereiro de 2014

Luciana Andrade Vieira

**CRIAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL PARA
PRODUÇÃO ORGÂNICA EM SANTA LUZIA DO ITANHY – SERGIPE:
ESTUDO DE CASO**

Artigo apresentado como pré-requisito para conclusão do Curso de Pós-graduação em Sustentabilidade e Meio Ambiente da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE.

Avaliador:
Prof. Fábio Brandão

Aracaju/SE
21 de fevereiro de 2014

CRIAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL PARA PRODUÇÃO ORGÂNICA EM SANTA LUZIA DO ITANHY – SERGIPE: ESTUDO DE CASO

Luciana Andrade Vieira ¹

RESUMO

Os avanços tecnológicos na agricultura, principalmente em razão do agronegócio, trouxeram muitos problemas de ordem ambiental e social, como a degradação do meio ambiente, e a saída do homem do campo. Além dos problemas de saúde relacionados ao uso excessivo de agrotóxicos e a falta de segurança alimentar. Nesse panorama as pessoas têm buscando na produção orgânica um meio de produção mais saudável e ecologicamente correto. No Brasil temos uma legislação, e projetos do governo para apoiar quem decide produzir orgânicos, mas ainda assim as dificuldades persistem. Esse artigo aborda o processo da criação de uma Organização de Controle Social no município de Santa Luzia do Itanhy, Sergipe, com o apoio da Emdagro.

Palavras-chave: Alimentos orgânicos. Organização de Controle Social. Agroecologia.

ABSTRACT

In 2000, the Ministry of Health launched the program Vigiágua, establishing a series of actions to be undertaken by federal, state and local governments aiming at monitoring the quality of water consumed by the Brazilian population. The population of the municipality of Itabaiana has many health problems in relation to contaminated water. The objective of this study is to survey the real situation of sanitation and hygiene in the communities where rates of water-related diseases are more alarming. And finally, after this survey, propose a program of public health and sanitation that really fits the reality and solve the problem.

Keywords: Organic food. Social Control Organization. Agroecology.

¹ Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Sergipe

1 INTRODUÇÃO

1.1 – HISTÓRICO DA AGRICULTURA ORGÂNICA

A agricultura orgânica é o sistema de produção que exclui o uso de fertilizantes sintéticos de alta solubilidade e agrotóxicos, além de reguladores de crescimento e aditivos sintéticos para a alimentação animal. Sempre que possível baseia-se no uso de esterco animal, rotação de culturas, adubação verde, compostagem e controle biológico de pragas e doenças. Busca manter a estrutura e produtividade do solo, trabalhando em harmonia com a natureza.

O conceito de agricultura orgânica surge com o inglês Sir Albert Howard, entre os anos de 1925 e 1930, que trabalhou e pesquisou durante muitos anos na Índia. Ele escreveu o livro: “Um testamento agrícola”, relatando as práticas agrícolas de compostagem e adubação orgânica utilizadas pelos camponeses daquele local.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo se deparou com a necessidade de buscar maneiras de aumentar a produção de alimentos de maneira rápida e eficiente. Nesse período acontece o que chamamos de Revolução Verde. No Brasil, a Revolução Verde chega por volta dos anos 60, através de imposição das indústrias de venenos e do governo brasileiro: o financiamento bancário para a compra de semente só saía se o agricultor comprasse também o adubo e o agrotóxico.

Esse excesso de agrotóxicos, além trazer malefícios para a saúde humana (tanto para quem manipula, quanto para quem consome o alimento), degrada bastante o meio ambiente.

No começo dos anos 80, surge um debate mais aguçado em relação aos efeitos dos agrotóxicos, segurança alimentar, e o aumento do interesse pela agricultura orgânica. Nesse momento, a produção orgânica é associada a filosofias alternativas, modismo. Mas ao longo dos anos vem-se constatando através dos mais diversos estudos os benefícios desse sistema de produção.

1.2 REGULAMENTAÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA

Surge em 1972 a Federação Internacional do Movimento da Agricultura Orgânica (International Federation of the Organic Agriculture Movement, IFOAM), uma organização

não governamental que abriga 770 organizações, incluindo certificadoras, processadores, distribuidores e pesquisadores de 112 países (IFOAM 2010). Os padrões IFOAM servem de base para o trabalho de certificação de inúmeras entidades certificadoras em todo o mundo (IFOAM,2001).

Em 1991 foi publicado o primeiro documento normativo deste setor no âmbito do comércio internacional, por meio do programa instituído pelo Council Regulation da Comunidade Econômica Européia (CEE)

Na Eco 92 foram discutidas questões agricultura sustentável, segurança alimentar, água potável, e recursos pesqueiros, com foco na demanda mundial por modificação no processo produtivo de forma a assegurar qualidade ambiental e alimentar.

Em 1994 foi proposto ao Ministério da Agricultura a regulamentação da certificação de produtos orgânicos, resultando assim na Portaria nº 178 de agosto de 1994. Essa portaria cria a Comissão Especial para propor normas de certificação de produtos orgânicos.

Em 1999, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) publica a Instrução Normativa (IN) Nº 7 de 17/05/1999, trazendo em seu texto as normas e conceitos do sistema orgânico de produção orgânica e industrial.

Em 2003, foi sancionada a Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, que ficou conhecida como Lei dos Orgânicos. Porém essa lei só foi regulamentada em 2007, com o Decreto 6.323 de dezembro de 2003. Esse decreto institui o Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica.

A qualidade dos produtos orgânicos produzidos no Brasil é garantida de três diferentes maneiras: com a Certificação, os Sistemas participativos de Garantia, e o Controle Social para Venda Direta sem Certificação. A Certificação se dá por meio de empresas públicas ou privadas que fazem inspeções e auditorias seguindo a metodologia estabelecida pelas normas internacionais. A Certificação resulta em um contrato entre a certificadora e um representante legal da unidade de produção, e a autorização deste para utilizar a marca certificadora.

A Certificação Participativa é um processo de Certificação realizado através de um Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica. É composto por um Organismo Participativo (OPAC) e por produtores, técnicos, comerciantes, consumidores, organizações públicas ou privadas com atuação no segmento de orgânicos.

A Lei 10.831/2003 do MAPA determina que todos os produtos orgânicos devem ser certificados para serem comercializados. Porém essa mesma lei faz uma exceção à essa obrigatoriedade: os agricultores familiares estão habilitados para a venda direta de produtos orgânicos desde que estejam vinculados a uma Organização de Controle Social. A OCS pode ser formada por um grupo, associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica, com agricultores familiares. É um órgão fiscalizador e deve estar cadastrado na Superintendência Federal de Agricultura do MAPA. Depois de cadastrada a Organização de Controle Social, emite uma Declaração de Cadastro para o agricultor ligado a ela. O papel da Organização de Controle Social deve ser ativo e ter seu próprio controle, além de garantir que os produtores assegurem o direito de visita pelos consumidores, assim como o órgão fiscalizador, às suas unidades de produção.

1.3 DADOS DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO BRASIL

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento divulgou, em 2012, os dados da agricultura orgânica no Brasil, onde consta a produção por estado, área de produção e extrativismo e unidades controladas. Porém uma “unidade controlada” é uma unidade que possui certificação e não pode ser entendida como unidade produtiva, pois uma unidade controlada pode ter diversas outras unidades de produção vinculadas a ela. Assim, o número divulgado subestima o número real de unidades produtivas existentes.

De acordo com os dados, atualmente temos o mínimo de 11,5 mil unidades de produção controladas ligadas ao sistema de agricultura orgânica, incluindo propriedades rurais e estabelecimentos de processamento orgânicos. A área total do país com certificação orgânica é representada por 1,5 milhão de hectares, sendo o Mato Grosso o estado com a maior área, 622.800 hectares; o Pará possui 602.600 hectares; e o Amapá 132.500 hectares. Porém o maior número de produtores coligados a alguma certificação orgânica encontra-se no Pará, que possui cerca de 3.300 produtores. No Rio Grande do Sul são 1.200 produtores; no Piauí, 768; São Paulo, com 741; e em Mato Grosso, são 691.

Além disso, segundo o Ministério da Agricultura, a Região Norte, que possui 78.800 hectares e 3.800 unidades de produção, possui também a maior área dedicada à agricultura orgânica, seguida pelo Centro-Oeste, que possui 650.900 hectares e 1.100 unidades produtivas.

Ainda segundo o Ministério da Agricultura, das 11.500 propriedades certificadas que produzem alimentos orgânicos, 70% pertencem a agricultores familiares.

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) é uma política pública do Governo Federal criada para ampliar e efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural sustentável. O objetivo desse plano é articular e implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.

1.4 AGRICULTURA ORGÂNICA EM SERGIPE E O PAPEL DA EMDAGRO

De acordo com a Superintendência Federal de Agricultura de Sergipe, existem no estado cerca de 10 propriedades certificadas vinculadas a Associação de Produtores Orgânicos do Agreste de Sergipe (ASPOAGRE) e a distribuidora de chá Namastê, além de um grupo de 90 agricultores familiares organizados no Sistema de Controle Social vinculados ao Ministério da Agricultura. Esses 90 agricultores estão distribuídos nas seguintes Organizações de Controle Social (OCS): Território Agreste Central (Itabaiana, Moita Bonita e Ribeirópolis), Território Centro Sul (Araújo, Santa Luzia do Itanhy, Umbaúba, Cristinápolis e Indiaroba), Território Leste Sergipano (Capela, Pirambu e Japaratuba) e Território Alto Sertão (Porto da Folha, Gararu e Monte Alegre).

De acordo com a Superintendência Federal de Agricultura, Sergipe produz uma diversidade de orgânicos: hortaliças, culturas anuais, flores, frutas e produtos de origem animal.

EMDAGRO

A Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – foi fundada em 1962 com o nome de ANCAR-SE, e está presente nos 75 municípios do território sergipano. A sua missão institucional é contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e expansão do agronegócio do Estado de Sergipe, atuando nas áreas de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa, Defesa Agropecuária e Ações Fundiárias, para assegurar o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da sociedade.

As linhas de ação trabalhadas pela empresa são: Ação Fundiária, Assistência Técnica e Extensão Rural, Defesa Agropecuária e Pesquisa Agropecuária. Cada linha de ação engloba diversos programas. O programa de Agricultura Familiar aborda entre outros projetos o Apoio a Agroecologia, e Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Em solenidades realizadas recentemente nos dias 17 e 18 de dezembro de 2013 nos municípios de Aquidabã, Monte Alegre, e Estância, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) habilitou mais quatro Organizações de Controle Social (OCS), assessoradas pela Emdagro, para comercializarem sua produção orgânica sem a necessidade de certificação. As declarações foram entregues a 61 agricultores familiares e assentados de reforma agrária. Com a declaração, os agricultores poderão comercializar sua produção diretamente com o consumidor em feiras e participar de programas do governo, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, e o Programa de Aquisição de Alimentos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 SANTA LUZIA DO ITANHY

Santa Luzia do Itanhy está localizada na região Leste de Sergipe, e dista 86 km da capital, Aracaju. Possui área de 325, 732 km², e população estimada em 13.628 habitantes. A economia local é baseada na agricultura. As principais culturas são laranja, coco, e banana.

Grande parte dos pequenos agricultores do município está migrando para a agricultura orgânica. Muitos deles já possuem alimentos considerados como “em transição”. Contudo, não foi a preocupação com o meio ambiente, ou com a saúde que levou a essa atitude de abolir os agrotóxicos. Mas a falta de financiamento para agricultura familiar, e ou a dificuldade em se conseguir o crédito rural.

Os técnicos da Emdagro, (que é o órgão oficial de assistência técnica e extensão rural) ao se depararem com esse cenário, resolveram realizar esse projeto.

Apesar de o produto orgânico ter um valor mais elevado, a aceitação pela população tem sido muito boa. Produtores bem orientados conseguem convencer a população da qualidade do seu produto.

2.2 O PROJETO

A EMDAGRO é o órgão responsável por todas as fases do projeto, desde convidar os jovens para criar a OCS, dar as palestras, acompanhar e dar assistência técnica do período do plantio até a colheita, e orientação para o encaminhamento dos produtos para o mercado consumidor final.

Os técnicos convidaram os jovens através das associações de moradores dos povoados. Os que se encaixaram no perfil participaram de palestras sobre temas relacionados ao meio ambiente, agricultura sustentável, riscos do uso de agrotóxicos, mercado para vendas de produtos orgânicos, associativismo, cidadania, entre outros. Foram selecionados 16 jovens para esse projeto, moradores do povoado Taboa.

O objetivo geral do projeto é aumentar a produção de alimentos orgânicos, através de uso de insumos naturais.

Os objetivos específicos são:

- Definir noções básicas de meio ambiente, sustentabilidade, alimentos orgânicos e saúde;
- Agrupar um número maior de participantes nas Organizações de Controle Social - OCS;
- Abordar os efeitos do uso excessivo de agrotóxicos;
- Incentivar os jovens na prática da agricultura orgânica;
- Difundir na sociedade o consumo do alimento orgânico;
- Sensibilizar as comunidades da importância do uso sustentável do solo, e de uma relação mais harmônica com o meio ambiente.

Na metodologia os técnicos da Emdagro se utilizaram de palestras e dinâmicas de grupo para abordar os temas relacionados ao projeto. Em seguida foram distribuídos kits de sementes orgânicas e insumos. Os jovens foram orientados durante todas as fases de produção: escolha do solo mais adequado, preparação desse solo, plantio, irrigação e colheita. Os próprios jovens escolheram as culturas, pois eles já conheciam a demanda da comunidade. Foram plantados coentro, alface, couve, pimentão, quiabo e pepino em uma área de aproximadamente 500 m quadrados. Essas culturas são de vendagem mais fácil, e de irrigação mais econômica. Os insumos utilizados foram esterco de gado, e pó de coco. O terreno escolhido havia sido utilizado anteriormente para a plantação de capim de corte, utilizando esterco de animais em confinamento. Segundo os técnicos da Emdagro, isso garantiria que o solo não estava contaminado por agrotóxicos. Na irrigação foi utilizada água de poço artesiano construído pela COHIDRO. Após as colheitas os jovens foram direcionados para a venda dos produtos. Inicialmente o grupo está fornecendo seus produtos a uma frutaria do município. E em breve os produtos serão ofertados na feira livre da cidade.

Não houve análise química do solo para comprovar que ele estava realmente livre de qualquer resíduo de agrotóxico. Em relação à água utilizada, também não foram feitas análises para garantir a sua potabilidade. Os poços, em geral, são construídos pela COHIDRO, e são colocados sob a responsabilidade das prefeituras para manutenção. Não há dados se algum órgão municipal realmente faz manutenção nesses poços, nem se mesmo limpeza periódica.

O grupo recebeu da Emdagro um certificado, classificando seus produtos com “em transição”. O grupo iniciou com 14 jovens, mas hoje apenas 6 continuam no projeto. Os que desistiram alegaram dificuldades

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Instrução Normativa (IN) nº 46, de 6 de outubro de 2011, que estabelece o regulamento técnico dos produtos orgânicos proibia, a partir de 19 de dezembro de 2013 a utilização de sementes e mudas tratadas, permitindo apenas o uso de sementes orgânicas. Inclusive a IN limitava o uso de insumos não orgânicos. Porém a Câmara Temática da Agricultura Orgânica, baseada nos resultados da Consulta Pública realizada em 17 de outubro de 2013, em reunião, decidiu abolir o prazo para o uso das sementes orgânicas alegando escassez desse tipo de semente. E propondo que a partir de 2016 cada estado poderá produzir listas definindo quais espécies e variedades terão que ser obrigatoriamente orgânicos. E foi mantida a permissão de uso de excrementos animais vindos de sistemas não-orgânicos, desde que se faça um controle de riscos e contaminantes.

O coordenador de Agroecologia do Ministério da Agricultura (MAPA), Rogério Dias, afirma que se as normas forem muito complexas, irão desestimular os produtores; que a ideia é “enxugar e adaptar a legislação à realidade”.

Bem, se a semente não é 100% orgânica, se os insumos não são 100% orgânicos, como garantir que os alimentos são 100% orgânicos? Que garantias teremos se “enxugarmos” a legislação como o coordenador de Agroecologia do MAPA coloca em sua fala?

A agricultura orgânica ainda tem muitos desafios. Apesar de todo o apelo de sustentabilidade, saúde, o incentivo do governo ainda é pequeno, e os custos são altos, o que incide sobre o valor do produto. O consumidor ainda não está financeiramente preparado para aquisição desse tipo de produto. E a pressão da agroindústria contra os orgânicos é enorme.

REFERÊNCIAS

WWW.ibge.gov.br

WWW.mapa.gov.br

WWW.mda.gov.br

WWW.emdagro.se.gov.br

ALVES, A. C. de O.; SANTOS, A. L. S.; AZEVEDO, R. M. M. C. **Agricultura Orgânica no Brasil:sua trajetória para a certificação compulsória**. Revista Brasileira de Agroecologia 7(2): 19 – 27 (2012) ISSN: 1980 – 9735.

ALVES, E. M.; CUNHA, W. L. da. **A Importância da Agricultura Orgânica na Visão Social e Ecológica**. Revista F@pciência, Apucarana – PR, ISSN 1984 – 2333, v.9, n. 1, p 01 – 07, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Lei 10.831/2003**.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Decreto 6323/2007**.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Instrução Normativa 46/2011**.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Controle Social na venda ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. - Brasília MAPA/ACS, 2008. 24p

CARVALHO, I.C. de M. **A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica**. In: LOUREIRO, C.F.B. (org). Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006, PP. 53-65.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, C. O; SOUZA, R. M. **Agricultura Orgânica em Sergipe: Alternativa à Sustentabilidade**. Revista Geonorte, Edição Especial, V.3, N.4, p.449 – 462, 2012.

APÊNDICE

Fotos dos agricultores participantes do projeto e da horta.

Fonte: Acervo pessoal da Técnica da Emdagro Tânia Maria Pereira de Andrade





